



PROCESSO Nº 081/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

MARCELO ARRUDA, Prefeito Municipal de Barra do Rio Azul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e, amparado no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores, vem através do presente Ato, RATIFICAR a Dispensa de Licitação para a contratação de Serviços Técnicos Especializados na área da saúde, conforme segue:

1. OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para proposição, elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de projetos municipais junto ao Ministério da Saúde em seus diferentes níveis de atenção em saúde, enquadramento do Município aos programas federais da saúde, como o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ); Polos de Academia da Saúde; Linha de Sobre Peso e Obesidade; Programa Mais Médicos; Programa de Reestruturação de Unidades Básicas de Saúde (Qualifica-UBS); Programa de Educação permanente para servidores da saúde; Programa Brasil Sorridente; Programa de Reestruturação Farmacêutica Municipal (Qualifar-SUS); Reestruturação das redes municipais de atenção à saúde (rede cegonha, rede psicossocial, rede hospitalar, rede de cuidados às pessoas com deficiência, rede de doenças crônicas, entre outras que possam surgir); requalificação da Estratégias da Saúde da Família (ESF) e Saúde Bucal (ESB), bem como a elaboração, encaminhamento, acompanhamento e atendimento de todas as documentações solicitadas em análises técnicas e institucionais que se fizerem necessárias nos respectivos programas, de forma a haver o acompanhamento dos gastos dos incentivos à saúde e subsequentemente suas prestações de contas junto aos órgãos competentes.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Município possui necessidade no acompanhamento dos programas federais no Ministério da Saúde e programas estaduais na Secretaria Estadual de Saúde, ainda, em âmbito



local são desenvolvidos vários programas voltados na Área da Saúde de longa data, com excelentes resultados para a saúde da população local.

Ademais, com a substancial alteração na sistemática de repasses de recursos federais nos blocos de assistência à saúde federais, razão pela qual o Município busca aprimorar, aperfeiçoar e maximizar a utilização e a gestão dos recursos financeiros atrelados à saúde.

3. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

3.1. As despesas decorrentes da prestação de serviços descritos no item 1, ficarão, inicialmente a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

07	SECRETARIA DA SAÚDE
2034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE
339039000000(163)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4. PREÇO

4.1. Pelos serviços prestados o município pagará o valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), o qual se encontra absolutamente compatível com o valor do mercado regional.

4.2. Nos preços, estão incluídas todas as despesas com: impostos, taxas, contribuições fiscais e para-fiscais e leis sociais, entre outras previstas no Contrato Administrativo a ser firmado entre as partes.

4.3. O início dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do Contrato Administrativo respectivo.

5. FORNECEDOR:

5.1. PAULO CEZAR DEMARCO JÚNIOR & CIA LTDA, estabelecida na Rua Marcílio Dias, 176, na cidade de Erechim – RS, inscrita no CNPJ sob o nº 31.683.257/0001-19.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência do contrato a que se vincula a presente dispensa, terá vigência de dois meses e meio, com início no dia 15 de Outubro de 2021 e término no dia 31 de Dezembro de 2021.

Assim, a presente situação amolda-se àquela prevista no inciso II, do Art. 24, da Lei Licitações, de modo que, estando o preço compatível com o de mercado, no atendimento das disposições insertas no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores quanto à justificativa da dispensa e a ratificação da mesma, com a devida publicação do ato concernente na imprensa oficial, restam atendidos os requisitos da dispensa de licitação a teor do art. 24, II,



daquele Texto Federal.

Desta forma, no atendimento das disposições insertas no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores quanto à justificativa da dispensa e a ratificação da mesma, com a devida publicação do ato concernente na imprensa oficial, restam atendidos os requisitos da dispensa da licitação a teor do art. 24, II, daquele Texto Federal.

Ante a análise efetivada, conclui-se pela ratificação do presente procedimento de dispensa de licitação, com base nos fundamentos apreciados.

Barra do Rio Azul, RS, 14 de outubro de 2021.

MARCELO ARRUDA
Prefeito Municipal